



CAMPUS DO PARACURU
DIRETORIA GERAL DO CAMPUS DO PARACURU
COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – CAE

DIAGNÓSTICO PREVENTIVO DOS FATORES QUE PODEM INFLUIR SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NO CAMPUS DO PARACURU

Coleta e análise dos dados
Antonio Valricélio Linhares da Silva

Direção Geral
Toivi Masih Neto

Diretoria de Ensino
Eugênio Pacelli Nunes Brasil de Matos

Coordenadoria de Assistência Estudantil
Antonio Valricélio Linhares da Silva

Paracuru, 2017

INTRODUÇÃO

Em recente estudo publicado no INEP, Simões (2016) considera a **evasão escolar e a situação dos jovens de famílias de baixa renda** como fenômenos relacionados e constata que os limites impostos ao acesso derivam principalmente das características da evasão. O acesso à educação aparece vinculado a fatores que garantam a permanência e êxito dos ingressantes nas instituições de ensino, de modo que, opostamente, os fatores que induzem à evasão resultam em barreiras ao acesso efetivo à educação. Uma parte destes fatores é decorrente das características sociais do público atendido. **A evasão escolar, entre os jovens de 19 anos está associada ao nível de renda familiar e é maior entre aqueles com baixa renda**, de modo que 55% dos jovens pobres não concluem a etapa final da educação básica, a despeito das políticas de acesso. Como fenômeno mais amplo, considerando todos os níveis de ensino na modalidade presencial, dados indicam uma evasão de 15,73% em 2015, e 20,76% em 2016. Panoramicamente, entre os anos de 2011 a 2017, a evasão **oscilaria** entre 17,14 e 20,76, em movimento ascendente.

Em fase de implantação, o *campus* do Paracuru ofertou 7 turmas de cursos de Formação Inicial e Continuada, no semestre 2016.2, onde foram matriculados 166 alunos distribuídos nos cursos: Fundamentos de Petroquímica (manhã e tarde), Inglês Básico (manhã e tarde), Iniciação ao Documentário (tarde), e nos turnos da noite Didática e Saberes da Docência e Estratégias de Ensino de Ciências e Biologia, atendendo a professores da rede pública de ensino. Em levantamento de dados realizado a pedido da Diretoria de Assuntos Estudantis, pouco antes de encerrar o semestre letivo, constatamos uma evasão **de 20 alunos, correspondente a 12% do total de matrículas**. É possível que a evasão em cursos de Formação Inicial e Continuada não tenha o mesmo peso que sua ocorrência em cursos técnicos e de nível superior, servindo aqui apenas para indicar tendências para o caso de se iniciar a oferta regular em 2017.

Estes dados preventivos, no entanto, constituem referencial para pensarmos estratégias de combate a evasão no *campus* do Paracuru, especialmente considerando o propósito de implantação de um curso técnico (em Meio Ambiente) e outro de nível

superior (Licenciatura em Ciências Biológicas) numa cidade em que salta aos olhos o desemprego entre os jovens.

Deste modo, a Coordenadoria de Assistência Estudantil – CAE, do campus de Paracuru realizou um diagnóstico preventivo que aponta as tendências motivadoras da evasão, ao lado de um perfil socioeconômico dos alunos que frequentaram com regularidade os cursos, afim de subsidiar, dentro das possibilidades do *campus*, ações mitigadoras do fenômeno. No caso do perfil, reportamos aqui apenas os dados que representam maior relevância quando confrontados com fatores de maior potencial de influir na evasão (fenômenos do mundo do trabalho e dificuldade de deslocamento para o *campus*).

Associado aos motivos da evasão já aferidos junto aos alunos que desistiram dos cursos FIC no início do semestre letivo de 2016.2, este diagnóstico preventivo tem grande validade como instrumento de informação, base para planejamento de ações e previsão de assistência estudantil. Está em conformidade como uma das diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil, qual seja a realização de *avaliação e/ou pesquisa para subsidiar o planejamento e execução das ações*, e um dos meios de concretizar os objetivos da política que é a realização de *mapeamento da realidade socioeconômica e acadêmica dos estudantes atendidos e direcionar suas ações*. Contribui com a *identificação e intervenção dos fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam no processo de ensino-aprendizagem, visando a permanência e o êxito dos estudantes*. É ainda um ensaio, um experimento para as próximas ações preventivas dessa natureza no *campus* do Paracuru.

METODOLOGIA

O diagnóstico foi feito por meio da aplicação de formulário padronizado aos estudantes que frequentaram regularmente os cursos FIC, exclusivamente o público atendido nos turnos manhã e da tarde, uma vez que pode ter características relativamente comuns ao público a ser atendido pelos cursos regulares previstos para o semestre letivo de 2017.1, tendo natureza censitária neste universo de alunos FIC.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Pelo menos duas ordens de fatores motivadores da evasão escolar aparecem com maior frequência e representam motivos de maior preocupação, sendo uma prévia do que poderemos ter em termos de situações em 2017. O primeiro é referente ao mundo do trabalho (incompatibilidade do curso com o horário do trabalho; e admissão em emprego ao longo do curso), o segundo refere-se à dificuldade de deslocamento, fenômenos praticamente universais em regiões de carência de emprego e renda e quando se tem uma política de acesso ao ensino público a segmentos socialmente menos favorecidos.

O mundo do trabalho aparece como fenômeno de maior possibilidade de influir na evasão escolar no *campus* do IFCE em Paracuru. Os alunos dos cursos FIC, tomados aqui como referência de público para 2017, apresentam uma taxa de desocupação de 78,48%, mais de três vezes o percentual de desemprego entre jovens de até 24 anos no Brasil no primeiro trimestre de 2016.¹ Pelo menos 24% dos alunos **desistiriam** de um curso ao ser admitido em um emprego e outros 22,6% desistiriam em caso de incompatibilidade entre horário do curso e o horário do trabalho. Em termos relativos **46,7% dos alunos perquiridos desistiriam de um curso tendo por motivação situações relacionadas ao mundo do trabalho**. Em parte é provável que a desistência por esta razão pode vir a ocorrer em momento anterior à matrícula, isto é, os jovens optariam por trabalhar em vez de ingressar em um curso.

Na tabela 1 estão os dados coletados, onde pode-se observar os fatores potenciais referidos pelos alunos dos cursos FIC.

¹ UOI economia. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/05/19/desemprego-entre-os-jovens-de-ate-24-anos-chega-a-241-diz-ibge.htm>. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

**TABELA 1. FATORES COM MAIOR POTENCIAL DE PROVOCAR
EVASÃO ESCOLAR - IFCE PARACURU – 2016.2**

Situações	F	%
Incompatibilidade de horário com o trabalho	31	22,63
Ser admitido em um emprego	33	24,09
Dificuldade de deslocamento para o campus	42	30,66
Dificuldades financeiras	8	5,84
Iniciar curso em outra instituição	8	5,84
Curso revelar-se inadequado para campo de trabalho	5	3,65
Dificuldade pessoal de acompanhar estudos	8	5,84
Práticas de <i>bullyng</i>	2	1,46

Em diagnóstico de evasão realizado no final do segundo semestre letivo de 2016, do campus do Paracuru, solicitado pela DAE, verificou-se que 9 dos 12 alunos confirmaram que sua desistência foi motivada por incompatibilidade com o horário de trabalho (4) ou por haver ingressado em emprego formal (5), ambos os casos representavam em termos relativos 75%. Essa tendência com relação a horário, contudo, deve ser relativizada uma vez que poucos trabalhadores, comparativamente a outras profissões, atuam em setores com escala de trabalho que possa variar de modo a gerar incompatibilidade com o horário do curso no IFCE. Por outro lado, é provável que alunos tenham preferência pelo trabalho a continuar sua frequência em um curso FIC por estes serem de breve duração e com certificação de baixo valor enquanto capital cultural. Os dados se encontram na tabela 2.

Tabela 2: MOTIVOS DA EVASÃO - FIC - IFCE/PARACURU - 2016.2

MOTIVOS DA EVASÃO	INIC DOC	INGLÊS BÁSICO	FUNDAM PETROQ	TOTAL POR CURSO	%
Incompatibilidade entre horário do curso e horário do trabalho	-	4	-	4	33
Desistiu para ingressar no trabalho	2	2	1	5	42
Choque de horário com outro curso	-	1	1	2	17
Indisposição pessoal (falta de interesse)	1			1	8
ALUNOS CONSULTADOS	3	7	2	12	

Se aquela preferência ao trabalho (46,7%), conforme tabela 1, se confirma entre alunos de cursos regulares, pelos menos no curso de nível técnico, projeta-se uma demanda por auxílio estudantil a ser especificada tendo por base o perfil

socioeconômico do aluno, que pode indicar, por exemplo, os fatores pessoais determinantes tais como: ser mãe ou pai de filhos com até 6 anos de idade conforme regulamentação da política de assistência do IFCE. Ter filhos é fator de pressão social por trabalho, muito mais que investimento em médio e longo prazo em termos de profissionalização. A disposição de recursos para esse tipo de auxílio, contudo, depende do que pode ser estabelecido como prioridade em função do orçamento da assistência. A incompatibilidade com o horário de trabalho deve ter menor peso em cursos ofertados no turno da noite, que não é ainda o caso do *campus* de Paracuru.

O fator com maior potencial de influir na evasão escolar, se considerado por si, é a dificuldade de deslocamento para o campus. Encontravam-se nesta situação pelo menos 42 alunos (30,6%), o equivalente a uma turma. Isso porque conjuga-se a falta de transporte próprio com o fato de o campus estar situado à cerca de 4 km do centro da cidade e por não haver ainda a disponibilidade de rotas locais para atender a demanda gerada pelo primeiro semestre de funcionamento do *campus*. Numa situação real, isto é, levando-se em conta alunos efetivamente matriculados nos cursos regulares a serem ofertados no primeiro semestre letivo de 2017, tem-se o desafio de lidar imediatamente com a situação dos que tendem a faltar por dificuldade de deslocamento até o *campus* ou por falta de transporte. Todo professor no IFCE, em diferentes *campi*, especialmente no interior do estado, pode constatar logo nas primeiras semanas de aulas uma ocorrência de ausências motivadas por falta de transporte. O desdobramento dessa situação passa pela falta recorrente, dificuldade de acompanhamento dos estudos, desmotivação e, por fim, a desistência - o que é lamentável e trágico para quem chegou com muita dificuldade ao ensino técnico ou superior depois de enfrentar várias barreiras de exclusão ao longo de sua vida escolar.

Entre os que responderam ao perfil realizado por esta pesquisa de dados preventivos, de um total de 78 alunos, 42,31% chegavam ao *campus* principalmente a pé, de carona ou de bicicleta. Pouco mais de 14% deslocam-se ao *campus* por meio de transporte coletivo de linha ou escolar, de modo que 56,4% não dispõem de veículo motorizado próprio para chegar ao *campus*. Os dados estão na tabela 3.

**TABELA 3. PRINCIPAL MEIO DE DESLOCAMENTO PARA CHEGAR
AO CAMPUS - ALUNOS DE CURSOS FIC – IFCE PARACURU – 2016.2**

Meios	F	%
A pé, carona, bicicleta	33	42,31
Transporte próprio	34	43,59
Coletivo, linha	5	6,41
Escolar	6	7,69

A conjugação dos fatores do mundo do trabalho com a falta de transporte para chegar ao *campus* pode ter efeito significativo na evasão. Não são raros os casos de desistência de um curso superior por falta de transporte e por pressão do trabalho. Na primeira situação, em que se considera a evasão motivada pelas pressões do mundo do trabalho, há que se considerar a possibilidade de não haver desistência em número relevante, especialmente no curso de licenciatura por este representar maior capital cultural na formação da profissão, o que pode ser relativizado pelo baixo nível de renda em determinadas regiões. Uma coisa é optar pelo trabalho quando não se tem perspectiva de fazer um curso superior; outra é desistir de um curso superior para ingressar em um trabalho. Isso deve ocorrer com maior frequência quando se trata de uma admissão em emprego público, o que é raro entre jovens sem titulação de grau superior e mesmo técnico.

Assim, podemos concluir que **as dificuldades de deslocamento para o campus por falta de transporte**, o que pode incluir situações de total falta de condições, é o **fator potencial de maior relevância como causador de evasão escolar**, sendo o caso de se concentrar maior esforço da política de assistência. De qualquer modo a conjugação dos dois fatores (mundo do trabalho com carência de transporte para chegar ao campus) pode ser abordada com a tentativa de parceria com o sistema de transporte escolar da(s) prefeitura(s) e com políticas de auxílio do tipo pecúnia, em casos mais pontuais, cujos valores são definidos pela Resolução nº 52/2016. Com um orçamento de R\$ 25.000,00, por exemplo, considerando 70 alunos, que resultaria numa *per capita* de R\$ 357,14, o custo com auxílio transporte para um aluno durante um semestre, sairia por R\$ 6.642,68, o que consumiria aproximadamente 26,5% do orçamento destinado ao *campus* para assistência. Se o teto por aluno chegar ao sugerido pela resolução, o consumo deste orçamento seria dobrado. Para dar conta

dos casos não pontuais ou mesmo a totalidade das carências provocadas pelas situações de vulnerabilidade social, tal simulação revela que o montante considerado para assistência é muito baixo.

Há ainda a possibilidade dos casos de alunos da cidade sede do *campus*, mas que residem em bairros distantes. Isso é relevante porque, como vimos, o *campus* está situado há cerca de 4 Km do centro e, caso não haja como ajustar alguma rota de transporte escolar das redes de ensino municipal e estadual, deve-se pensar em outras estratégias, com a adoção de bicicletas compartilhadas.

Os demais fatores somados têm um peso de 22,62%, comparativamente aos já mencionados. Vistos isoladamente não parece muito significativo, considerando que em média cada fator representaria pouco mais de 4,5%. Ainda assim deve ser considerada a possibilidade real de se ter alunos nesta tendência.

Alunos com dificuldades de acompanhamento de estudos podem ser identificados ao longo do curso, especialmente nos primeiros semestres, fase de adaptação às matérias com nível acadêmico mais elevado.

É possível que uma política de assistência que tenha como prioridade atacar fenômenos com maior peso potencial de influir na evasão tenha efeitos contíguos nestes fatores potenciais apontados com menor frequência na tabela 1. De qualquer modo, apenas cerca de 9,46% deste grupo estaria fora do controle da política de assistência, sendo o caso de alunos que viriam a iniciar curso em outra instituição (5,84%) e o caso em que o curso se revelasse, pessoalmente, inadequado para alguns alunos (3,65%), situações, portanto, fora do controle mais direto do *campus* nesta lista de menor frequência. Também não são raros os casos em que um estudante desiste de um curso de Licenciatura para cursar Direito em uma Faculdade de São Paulo. Uma situação que sugere uma discussão sobre a oferta de cursos.

CONCLUSÕES

A título de conclusão pode-se deduzir que ter uma projeção dos fatores potenciais da evasão é de grande relevância para antecipar discussões, fundamentar decisões preventivas, verificar as tendências e sua amplitude a ser posta diante das possibilidades do orçamento destinado à assistência, especialmente quando analisadas

suas nuances e relações no sentido de captar o que pode ter maior peso como fator desencadeador de baixos índices de permanência e êxito escolar dos alunos no *campus* de Paracuru.

Os semestres iniciais marcam uma espécie de rito de iniciação que pode resultar em algumas desistências que, se somadas a outras que seguem por diferentes motivos ao longo do curso, podem ter efeito prejudicial ao que o Estado classifica como produtividade das instituições de ensino. Muitos fatores, mesmo isoladamente, têm efeitos negativos na permanência dos alunos, por exemplo, a dificuldade de acompanhamento dos estudos motivada pela baixa escolaridade em determinadas áreas de conhecimento escolar, as relações sociais no interior do *campus* quando aparecem sob a forma de preconceito racial, de gênero e práticas veladas ou não de *bullying*. Pontuá-los, verificando preventivamente seu potencial tem grande valia como trabalho do setor de assistência estudantil. A participação de alunos em projetos de extensão, com ou sem remuneração, seu envolvimento em atividades culturais e acadêmicas, são meios que contribuem para a permanência nos cursos, o que pode ser planejado no início de cada semestre.

Referência

SIMÕES, Armando Amorim. **As metas de universalização da Educação Básica no Plano Nacional de Educação**: o desafio do acesso e a evasão dos jovens de famílias de baixa renda no Brasil. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.